

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Rio de Janeiro

Data: 19.09.2025

Local da realização da atividade: Superintendência do Iphan-RJ

Relator: Leandro Salgueirinho

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:

snpc@iphan.gov.br

Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada.

<u>Desafios</u>	<u>Oportunidades</u>
Onde estão os arquitetos, os profissionais do patrimônio material. Os servidores tb são responsáveis pelas políticas públicas. As discussões devem ter a contribuição dos técnicos. Há uma falsa concepção de que as normativas, portarias, não são trabalho técnico, mas da assessoria jurídica.	
	Deve-se aprimorar a capacitação dos profissionais da preservação. Criar cursos de formação online, aulas virtuais, cursos amplos sobre patrimônio, que justamente deem uma visão mais holística do patrimônio, para além da preservação. Deve-se investir em programas de formação. Para se balizar essa formação em preservação, em patrimônio, para que ela atinja tb a população de todo o estado.
Há uma demanda grande de mapeamento dos territórios, para favorecer a descentralização. Como chegar a outras regiões do estado? Pois é preciso conhecer as especificidades de cada local, as potencialidades de cada território.	
	Os Conselhos Municipais de Cultura possibilitam a sensibilização da política local. E os conselhos tb fazem a gerência

	do Fundo. A representação do Iphan em cada local tb traz mais credibilidade às ações. Uma ação conjunta com o Iphan, justamente configurando um Sistema.
Dificuldade dos conselheiros e gestores adquirirem uma visão mais ampla do patrimônio, para além do patrimônio edificado.	Deve-se criar uma ferramenta para disseminar, para capacitar, para estimular a participação social e a discussão sobre o patrimônio de forma ampliada, para além da 'pedra e cal', para além do técnico-fiscalizatório. Para que os grupos formadores da sociedade tb discutam o patrimônio. E que haja discussão dentro das universidades tb. Para que se construa uma cadeia produtiva de formação ampla sobre o patrimônio.
O legislativo no RJ soterra o Inepac (o órgão de patrimônio estadual). É necessário um diálogo horizontal entre executivo e legislativo.	Deve-se criar uma forma de benefício fiscal para que os estados e municípios se adequem e se organizem, a fim de que (através dos conselhos, p. ex.) confrontem legisladores que não têm um olhar amplo sobre o patrimônio. Que se criem instrumentos vinculativos que garantam o fomento ao patrimônio.
	Deve-se fazer mais encontros entre os órgãos do patrimônio. Programas de Educação Patrimonial com os professores e outros multiplicadores da cultura do patrimônio.

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Rio de Janeiro

Data: 19.09.2025

Local da realização da atividade: Superintendência do Iphan-RJ

Relator: Leandro Salgueirinho

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:

snpc@iphan.gov.br

<u>Eixo 1b</u>	
<u>Desafios</u>	<u>Oportunidades</u>
Na esfera municipal, muitas vezes quando entra um novo governo, todo o Conselho muda também. Dificuldade de se garantir a continuidade de projetos e ações dos Conselhos.	Deve-se garantir o orçamento direto, o fomento direto para os patrimônios no âmbito municipal.
Quanto menor o município, menos fiscalização (da execução, da política) há, pela falta de órgãos de gestão, ou de ferramentas vinculantes do orçamento.	Quando o Fundo Nacional do Patrimônio Cultural estiver efetivado, os municípios vão querer estar regularizados, a fim de garantirem os seus recursos. Por isso, antes mesmo de haver o Fundo, o Iphan deveria (através de um Acordo de Cooperação Técnica, talvez) se reunir previamente com os municípios, com os secretários de Cultura, para que os municípios já estejam adequados a essa nova realidade.
	Os estados (órgãos estaduais) deveriam assumir mais a articulação com os municípios, os territórios.

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Rio de Janeiro

Data: 19.09.2025

Local da realização da atividade: Superintendência do Iphan-RJ

Relator: Leandro Salgueirinho

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:

snpc@iphan.gov.br

<u>Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização.</u>	
<u>Desafios</u>	<u>Oportunidades</u>
É preciso saber, no âmbito dos territórios, de que representatividade se esta falando. De idosos, LGBTQIAPN+... pois esta representatividade muda de acordo com o território em questão.	O patrimônio cultural local deve estar vinculado à grade escolar, para que as novas gerações compreendam e se sintam vinculadas à cultura própria do território.
As PCDs são as principais afetadas pela falta de uma política pública de patrimônio que alcance os territórios.	
	Mais Conselhos devem ser criados, mas deve haver a reforma dos conselhos tb. Pois os Conselhos tb devem ser diversificados (ter pessoas pretas, jovens, de terreiro etc.) Os Conselhos precisam ser representativos a fim de que tenham uma visão representativa do patrimônio, em consonância com as realidades locais.
	Deve-se pensar Patrimônio Cultural não só como conservação de edifícios, mas como garantia de direitos e acessos. Os servidores do patrimônio devem, mais do que proteger, procurar garantir os direitos de todos aos patrimônios.
Pouca presença dos órgãos do patrimônio nas periferias para falar de patrimônio. As políticas culturais estão nas periferias, mas o patrimônio não.	

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Rio de Janeiro

Data: 19.09.2025

Local da realização da atividade: Superintendência do Iphan-RJ

Relator: Leandro Salgueirinho

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:
snpc@iphan.gov.br

<u>Eixo 3 - Fazendo a Roda Girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade</u>	
<u>Desafios</u>	<u>Oportunidades</u>
Sem o fomento direto, não há como garantir a sustentabilidade das expressões imateriais.	O fomento direto deveria ser uma das finalidades do plano de salvaguarda.
Existem expressões culturais mais ligadas ao contexto rural e outras mais ligadas a contextos urbanos, e estas expressões demandam políticas diferentes.	O lugar onde você tem um problema específico (de racismo, de misoginia, de disputa por espaços na cidade, p. ex.) é o lugar que preciso de um foco no fomento.
	Criação de editais voltados aos detentores. Os editais ajudam na descentralização. Criação de Centros de Referência de Artesanato nos municípios (responsabilidade destes).
A maioria dos gestores entende cultura como despesa, e não como investimento. Não pensam a cultura como algo que vai trazer retorno.	Incentivo para que as prefeituras entendam que, juntos, patrimônio imaterial e material se fortalecem e, além de tudo, movimentam a economia. Que, p. ex., uma baiana de acarajé não está em desacordo com a ambiência de uma igreja tombada.
	Levar a discussão sobre o patrimônio nas escolas faz a cadeia produtiva do patrimônio se ampliar. As sustentabilidades social e ambiental não são menos importantes que a econômica. O patrimônio é um vetor de desenvolvimento tanto social como econômico.
Muito foco em editais emergenciais.	Construção de editais estruturantes, de continuidade, que promovam a sustentabilidade.

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Rio de Janeiro

Data: 19.09.2025

Local da realização da atividade: Superintendência do Iphan-RJ

Relator: Leandro Salgueirinho

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:

snpc@iphan.gov.br

<u>Eixo 3 - Fazendo a Roda Girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade</u>	
<u>Desafios</u>	<u>Oportunidades</u>
	Os detentores deveriam ter mais oportunidades de atuarem dentro das escolas, no contraturno. Os Secretários de Educação devem comprar essa ideia.
Muitas manifestações não produzem produtos rentáveis ou comercializáveis. É um desafio para a sustentabilidade dessas ações.	Que se crie uma política que obrigue as empresas a fomentarem grupos do interior do estado se quiserem receber a liberação para fomentar na capital também.
No caso da capoeira, há conselhos de educação física que literalmente odeiam os capoeiras. Ou, no caso da folia de reis, há padres que literalmente odeiam as folias dentro das igrejas.	

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Rio de Janeiro

Data: 19.09.2025

Local da realização da atividade: Superintendência do Iphan-RJ

Relator: Leandro Salgueirinho

Obs: Após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:

snpc@iphan.gov.br

<u>Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática.</u>	
<u>Desafios</u>	<u>Oportunidades</u>
	Pensar o patrimônio demanda transdisciplinaridade e intersetorialidade.
Às vezes a pessoa recebe a formação, mas o mercado de trabalho não acolhe quem tem a formação adequada.	
Ameaça de desvalorização do patrimônio natural, ou do próprio profissional que domina os vários saberes relacionados a um dado patrimônio.	Criação de Deptos. de Patrimônio Natural.
	Ressignificação/recriação e adaptação dos patrimônios.
Projetos assinados por Niemeyer em Maricá, p. ex., não dialogam com os desafios climáticos do século XXI.	A perspectiva climática deve ser observada por ocasião do reconhecimento de um bem a ser tombado.
	Os órgãos de patrimônio e aqueles de meio ambiente devem dialogar mais, compartilhando informações. Os licenciamentos ambientais estão quase sempre atrelados a questões culturais.
	Deve-se adaptar os métodos construtivos para a nova realidade climática.